

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

NETTO, José Luiz Coelho. *José Luiz Coelho Netto (depoimento,
1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 56 p. dat.

JOSÉ LUIZ COELHO NETTO
(depoimento, 1993)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Celso Castro; Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo

levantamento de dados: Equipe

pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Priscila Riscado

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 12/01/1993

duração: 1h 40min

fitas cassete: 02

páginas: 53

Entrevista realizada no contexto do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. A pesquisa contou com a participação de Gláucio Ary Dillon Soares. A partir de 1997, passou a integrar o projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto resultou na publicação da trilogia "VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964" / Introdução e Organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., "OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão" / Introdução e organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. e "A VOLTA dos quartéis: a memória militar sobre a abertura" / Introdução e organização de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, além do livro de depoimentos "ERNESTO Geisel" / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

temas: Alfredo Stroessner, Anistia Internacional, Coelho Neto, Comunismo, Exército, Guerrilha Rural, Milton Tavares de Sousa, Partido Comunista do Brasil, Serviço Nacional de Informações, Sistema Nacional de Informações (sisni), Tortura, Wladimir Herzog

Sumário

Entrevista: 12.01.1993

Fita 1-A: Relato sobre a experiência na Força Expedicionária Brasileira (FEB); alguns dados sobre a trajetória pessoal e profissional do entrevistado; as principais razões que levaram ao golpe militar de 1964 e sua participação no episódio; opinião do entrevistado sobre a duração e o fim do golpe militar; relato sobre o Serviço Nacional de Informação (SNI) e sua atuação à frente deste órgão; relato das investigações do SNI ao "comunismo internacional", que influenciava os movimentos de oposição existentes no Brasil durante a ditadura.

Fita 1-B: Os órgãos de espionagem internacionais e sua atuação junto aos governos militares no Brasil; novas informações sobre o período em que esteve à frente do SNI; comentários sobre os movimentos de esquerda e a guerrilha do Araguaia; relato sobre o Centro de Informações do Exército (CIE) e sua atuação neste órgão durante o governo Geisel; lembranças da atuação da guerrilha do Araguaia.

Fita 2-A: O significado do termo "linha dura", suas principais características e seus maiores expoentes; os excessos cometidos por alguns militares, o respeito aos direitos humanos e a tortura durante a ditadura; a abertura durante o governo Geisel; informações sobre a tortura durante a ditadura; o general Figueiredo, seu governo e o papel desempenhado por este na abertura política no Brasil; opinião dos militares sobre o projeto de abertura política.

Fita 2-B: Considerações sobre a religião católica e alguns personagens da Igreja considerados "subversivos" pelos militares; análise do entrevistado sobre os governos militares durante a ditadura; os militares e a sucessão de Figueiredo.

Entrevista: 12.01.1993

M.A. - A gente vai começar pedindo ao senhor para falar sobre a FEB. O senhor é um herói de guerra.

J.N. - Eu não digo herói.

M.A. - É assim que dizem.

J.N. - Estive na FEB no 6º Regimento de Infantaria. É o regimento de Caçapava. Fui o primeiro a seguir. Eu era de Caçapava. Era primeiro-tenente. Estive na frente de combate praticamente o tempo todo. Só me deram uma semana de folga. Antes não tivessem me dado porque adoeci na folga. [riso] O resto do tempo eu estive na frente de combate.

G.S. - Como foi o impacto dessa experiência na Itália? O senhor teve depois alguma experiência de treinamento nos Estados Unidos ou em algum outro lugar?

J.N. - Não. Nos Estados Unidos, não. O treinamento nosso foi aqui e na Itália. Há um grupo de oficiais que foi antes aos Estados Unidos e trouxe os ensinamentos para aplicar aqui no nosso preparo. Agora, sinto que a experiência que a FEB deu para mim e para outros foi fabulosa. Principalmente, em termos de relações humanas, em termos de chefia, em termos de responsabilidades e em termos de enfrentar o perigo apesar de qualquer coisa. Normalmente, a gente não pensava se ia ou não ia morrer. Isso fazia parte do espetáculo.

C.C. - O senhor chegou a ser ferido em combate, não é?

J.N. - É. Levemente.

M.A. - O senhor tinha que idade?

J.N. - Em 1945 eu tinha 24 anos.

G.S. - General, e qual o impacto dessa experiência sobre a sua concepção militar?

J.N. - Ah, bom. Teve um impacto muito forte em termos de organização militar, em termos de instrução, de preparação da tropa, mesmo em tempo de paz, e em termos de chefia, o que foi muito importante. Muito mesmo.

G.S. - O Exército até então era muito influenciado pela tradição francesa, não é?

J.N. - Era. Nós adotamos a organização americana, já que a nossa divisão ia atuar enquadrada no V Exército americano.

G.S. - Com Mark Clark.

J.N. - Mark Clark.

M.A. - E qual a diferença que isso fazia?

J.N. - Eu talvez pudesse dizer que o francês era bem mais teórico e o americano era teórico-prático. O problema deles, americanos, era a execução. Teoria, só para ensinar, só para dar os primeiros passos. Depois, a execução. Então, nós nos habituamos com esse trem todo. E o resto da vida o adotamos onde servimos. Eu servi na tropa praticamente o tempo todo. Tive uma pequena temporada no SNI, saí, voltei para a tropa.

M.A. - O senhor serviu com quem na FEB?

J.N. - Bom, meu último comandante de regimento foi o Segadas Viana. Um grande comandante, aliás.

M.A. - E esses comandantes que o senhor teve na FEB foram depois importantes na sua carreira militar? O senhor voltou a servir com eles?

J.N. - Não, não voltei a servir com eles.

M.A. - Com nenhum deles?

J.N. - Nenhum deles. Porque eu fiz um curso de especialização em moto-mecanização e quando voltei da Itália fiquei sempre dentro desse ramo. Durante muito tempo fui instrutor de escola. Já fui instrutor em quase todas as escolas: Escola de Sargentos, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando do Estado-Maior.

G.S. - Parece que o senhor tem uma vocação acadêmica. O senhor foi “tríplice coroadado”.

J.N. - Ah, isso aí aconteceu. Fiz meus cursos e me saí bem. Fui primeiro lugar três vezes...

C.C. - É algo raro de ocorrer.

J.N. - Vem daí esse negócio de “tríplice coroadado”, que eu não gosto. Isso aí é maneira de dizer, porque eu me dedicava. Eu entrava para uma escola para fazer um curso e realmente me dedicava.

G.S. - Agora, general, quando houve a substituição do Jânio pelo João Goulart com parlamentarismo, o senhor estava onde?

J.N. - Eu estava na Escola de Estado-Maior.

C.C. - Já era ali na Praia Vermelha?

J.N. - Já. Eu era instrutor lá.

M.A. - Deixa eu voltar um pouquinho para trás. O senhor nasceu em 1921, não é?

J.N. - Foi.

M.A. - E o senhor é descendente do antigo general Coelho Netto?

J.N. - Não. É outra família completamente diferente.

M.A. - O senhor nasceu onde? Aqui no Rio?

J.N. - No Rio.

M.A. - Seu pai não era militar?

J.N. - Não.

M.A. - O general José Antonio Coelho Neto não é parente seu?

J.N. - Não.

G.S. - E os Coelho Neto vinculados com o Fluminense são parentes seus?

J.N. - Não. Aqueles são da família do escritor. E eu nem Fluminense sou. Meu time é o América.

M.A. - O senhor seguiu sendo instrutor em várias escolas. Em 1961 o senhor não tinha tido comando. Estava na ECEME.

J.N. - É. Depois eu fui comandar o batalhão de Santos, 2º BC. Eu era tenente-coronel. E fui promovido a coronel no comando do batalhão. Então, como oficial superior, fui comandante de batalhão durante dois anos e meio.

M.A. - Isso foi quando?

J.N. - Depois da revolução. Eu já era tenente coronel.

M.A. - Só para a gente se situar melhor, até então o senhor tinha sido basicamente instrutor.

J.N. - Estive também na tropa. Servi no 11º RI, em São João del Rey, servi no Regimento Escola de Infantaria, no Rio. Muito tempo nos dois.

G.S. - General, pensando agora como analista, se o senhor tivesse que me dar as principais causas do golpe de 1964, da mais importante para a menos importante, o que o senhor diria? O que levou as forças armadas a isso?

J.N. - Bom, as razões são várias e todas elas oriundas do governo federal da época: anarquia, corrupção desbragada. Parece que a corrupção é um mal crônico no nosso país. Infelizmente. Mas na época era terrível. Anarquia... Era o uso de indivíduos não qualificados em várias funções.

G.S. - Incompetentes?

J.N. - É. Incompetentes. O presidente era o Jango. O Jango nunca poderia ter sido nem vereador de Parati. Coitada de Parati que tanto gosto. E vinha de um péssimo exemplo, que era o do então presidente que tinha saído.

M.A. - O Jânio Quadros.

J.N. - O Jânio. Porque o Jânio foi uma decepção. Eu votei nele com convicção e me decepcionei em poucos meses. Aquelas medidas de proibir briga de galo, ora, isso aí não é preocupação de um presidente da República. Pelo amor de Deus! E o atual está seguindo o mesmo caminho. Também votei na chapa do Collor com convicção. Porque, entre Lula, ele e o outro, que eu nem me lembro mais o nome, evidentemente que, no meu modo de pensar, era ele. Jovem ainda, pouca militância política, quer dizer, não era um politiqueiro desses que a gente conhece. E também conseguiu me decepcionar.

M.A. - E o Itamar?

J.N. - O Itamar eu conheci, de certa forma. Ele foi prefeito em Juiz de Fora, lá em Minas. Ele não era tido como um homem de força, de vontade de execução. Eu espero que ele se saia bem. Porque é um homem correto. Isso ele é. Muito correto. Muito honesto. Não há nada nesse sentido contra ele em Minas. E eu digo Minas, porque é a

terra dele, é a terra onde ele começou na política. Foi prefeito de Juiz de Fora, que é uma grande cidade. Eu espero que ele se saia bem. Ele tem tudo para se sair bem. Tudo. Eu acho que ele tem até a boa vontade do povo. É a impressão que estou tendo. Eu que não gostava dele, estou gostando.

G.S. - Ele está, parece, surpreendendo positivamente muita gente, não é?

J.N. - A mim está.

M.A. - Voltando para 1964, o senhor falou de anarquia, corrupção, incompetência. E que mais o senhor consideraria?

J.N. - As portas abertas para o comunismo entrar. E isso não se podia permitir de jeito nenhum. O mundo atualmente está mostrando o que aconteceu com os países comunistas, ou dominados pelos comunistas. Está aí para todo mundo ver. E eu sempre fui radicalmente anticomunista. Veio de meu pai. Fui criado assim.

M.A. - Seu pai fazia o quê?

J.N. - Era dentista na cidade do Rio e fazendeiro no estado do Rio. Meu pai era mineiro.

M.A. - O senhor conspirou em 1964, durante o governo João Goulart?

J.N. - É. Conspirei.

M.A. - Aqui no Rio?

J.N. - Aqui no Rio.

G.S. - General, há desacordo entre aqueles que analisam essa etapa da conspiração da revolução. Alguns dizem, usando uma expressão de um colega seu, que eram ilhas de conspiração.

J.N. - Era.

G.S. - Outros dizem que não. Que o negócio estava mais ou menos centralizado, que havia muita coordenação.

J.N. - Não. Havia ligação. Mas acho que coordenação entre os grupos foi o que nos faltou. A gente sabia o que os outros estavam fazendo, trocávamos idéias.

C.C. - Não havia um comando unificado.

J.N. - Não. Não havia.

M.A. - Qual era a sua ilha? Quem estava nela?

J.N. - O grupo da Escola de Estado-Maior.

M.A. - Quem era?

J.N. - Ih! Eram tantos. Quase todos.

G.S. - Os mais relevantes quais eram? Os mais ativos?

J.N. - Quase todo o grupo de instrutores e a maioria dos oficiais-alunos. A conspiração era livre lá dentro. Enfim, as pessoas criticavam livremente o governo. A oposição ao governo era total.

C.C. - Não havia dentro da escola um grupo de oficiais legalista?

J.N. - Não. Na época, não. E se houvesse, eles não teriam coragem de pôr a cara para fora.

M.A. - Mas isso foi diferente do Rio Grande do Sul. Lá, dentro do Exército, foi mais difícil ser oposição ao governo João Goulart.

G.S. - O III Exército era fundamentalmente legalista naquela altura.

J.N. - É. O III Exército foi legalista. Não quero ser injusto, mas a minha impressão é que ele nunca olhou o Brasil como um todo. Quer dizer, o gaúcho de uma maneira geral, nunca olhou o Brasil como um todo. Olhava o seu rincão e pronto. Mais nada.

G.S. - Tinha um pouco do gauchismo na cobertura ao Jango.

J.N. - Ah, tinha muito. Se bem que eu conheci muitos gaúchos que eram contrários ao Jango. Inclusive um cunhado meu, que é gaúcho de fronteira, gaúcho mesmo, como se diz, não suportava o Jango.

G.S. - Agora, general, naquela época da conspiração havia um plano de governo? Ou era simplesmente um golpe para tirar o Jango e pensar depois no que fazer?

J.N. - Olha, plano de governo eu nunca vi. Nunca vi. O problema era tirar o homem, mudar o governo, pôr um homem decente na presidência, e ele, com gente escolhida, faria um plano para tocar o país.

M.A. - Esse alguém decente seria quem? Os senhores chegaram a cogitar?

J.N. - Não. Nós ficamos satisfeitos com a designação do Castelo Branco.

C.C. - Muito ligado a ECEME.

J.N. - É. E era um homem que conhecíamos bem. Eu tinha sido subordinado dele, inclusive...

G.S. - Na Itália?

J.N. - Na Itália. Era um homem inteligente, preparado, de bons pensamentos, correto. De forma que quando surgiu Castelo Branco, batemos palma, claro.

M.A. - Na sua avaliação, a escolha do Castelo Branco foi mais sustentada pelos civis ou pelos militares?

J.N. - Acho que mais pelos civis, porque nós não tínhamos candidato para a eleição.

G.S. - Agora, no pensamento militar da época, o que se pensava era uma intervenção rápida ou já havia o pensamento de que iam ficar dez ou 20 anos?

J.N. - Não. Não havia esse pensamento. Veio depois. E veio depois, a meu ver, erradamente. Porque a revolução não devia ter durado 20 anos.

G.S. - Quando o senhor acha que a revolução devia ter terminado?

J.N. - No final do quinto ano já dava para se eleger um presidente civil e tocar isso que chamam de democracia.

G.S. - Quer dizer, 1969, por aí.

J.N. - É. Por aí.

G.S. - No fim do período Costa e Silva.

J.N. - É. Já no fim.

M.A. - Uma eleição direta?

J.N. - Direta.

M.A. - Por que é que não aconteceu?

J.N. - Houve uma passagem de comando, pura e simplesmente, de um general para outro. Eu não sei o que é que eles pensavam. Eu era muito miúdo na época.

G.S. - Agora, general, todo mundo diz que Médici não queria ser candidato.

J.N. - Não. Não queria. Isso eu sei. Eu sei até por parentes dele. Mas a meu ver foi um bom governo. Um governo que pôs pé firme em cima da subversão, e por isso hoje é acusado de tudo. Mas foi ele quem acabou com a subversão. E se não acaba naquela época, nós teríamos grupos subversivos armados até hoje. Até hoje.

M.A. - E o senhor acha que um governo civil teria força para fazer isso?

J.N. - Artur Bernardes teve. Foi um grande governo civil. Quando eu penso num governo civil, um homem tipo Artur Bernardes. Duro, firme, até mesmo meio ditatorial, não importa. Está dentro da lei.

M.A. - Agora, o senhor estava servindo onde no governo Costa e Silva, quando há a transição para o Médici?

J.N. - Eu estava na Escola do Estado-Maior.

J.N. - Quer dizer, o senhor não chegou a participar do governo Castelo Branco, nem do governo Costa e Silva.

J.N. - Não. Não.

M.A. - E é no governo Médici que o senhor vai para o SNI?

J.N. - Foi. Foi.

G.S. - Foi o Fontoura quem o chamou?

J.N. - Não. O chefe da agência aqui era o Figueiredo.

G.S. - Ah, o senhor veio para a agência aqui do Rio.

J.N. - É. Da agência aqui do Rio.

G.S. - Mais aí já não estava mais lá em cima da Casa da Borracha não. Já tinha mudado, não é?

J.N. - Não. Comecei na Casa da Borracha e depois fomos lá para o Ministério da Fazenda. Logo em seguida. Um mês depois.

M.A. - Foi uma fase de grande expansão do SNI e de grandes atribuições. Foi uma fase difícil, como o senhor mencionou, de combate à esquerda. O SNI era o órgão central. O que é que fazia a agência aqui?

J.N. - Ela tinha uma área de atuação, que era o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

G.S. - General, deixa eu complementar a pergunta da Maria Celina. Nós, que estávamos do lado de fora, que não estávamos metidos no governo, para nós, tudo que estava acontecendo era uma espécie de caixa preta, nós não sabíamos o que é que estava acontecendo lá dentro. Hoje já acabou, então, já se pode estudar. O senhor esteve no CIE e o senhor esteve no SNI. No combate à luta armada, qual era a diferenciação de função dos dois órgãos? O que é que um fazia que o outro não fazia?

J.N. - Bom, quem mais se empenhou no combate à luta armada foi o CIE. Eu estava lá, eu era o subcomandante. Porque nós tínhamos grupos de guerrilheiros no Araguaia e em outros lugares do interior e nas grandes cidades: Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre. Então, nós tínhamos que acabar com eles.

G.S. - O SNI ficava com a parte de informações e contra-informação.

J.N. - Era. Eles não tinham estrutura.

G.S. - Capacidade operacional.

J.N. - Não.

M.A. - O senhor primeiro serviu no SNI e depois no CIE?

J.N. - Foi.

M.A. - O senhor estava falando da agência Rio. Era Rio de Janeiro, Espírito Santo a área de atuação...

J.N. - Basicamente isso. E Minas Gerais.

M.A. - Quantas pessoas trabalhavam para o senhor?

J.N. - Ah, eu era chefe de seção.

C.C. - Mas na agência como um todo. Só para ter uma idéia do tamanho da agência.

J.N. - Sabe que eu não sei?

G.S. - A Agência Central era aqui, não é? Ainda era aqui a Agência Central.

J.N. - Era.

G.S. - Só depois é que foi para Brasília.

J.N. - Exato.

G.S. - Então, deve ter sido a mais importante.

M.A. - Duas mil pessoas? Tinha duas mil pessoas?

J.N. - Não, não chegávamos a isso.

G.S. - Porque o general Sousa Mendes publicou um trabalho no qual ele afirmava que durante a gestão dele, no SNI como um todo, tinha perto de 2.300 pessoas.

J.N. - É. Mas o SNI como um todo. A gestão do Sousa Mendes já foi numa época mais pacífica no país. Bem mais. A gestão do Figueiredo na agência Rio...

G.S. - Foi durante o governo Médici. Que foi a barra mais pesada.

J.N. - Foi. Ali era brutal. Brutal mesmo.

G.S. - Mas na época andaram falando num número, que eu acho que não pode ter sido tão grande. Falava-se que contando o pessoal de trabalho efêmero, não só o pessoal permanente, talvez tivesse chegado a 20 mil no Brasil inteiro.

J.N. - Ah, não creio. Porque eu sempre tive falta de pessoal. [riso] Eu era chefe de seção e sempre tive falta de pessoal.

M.A. - Que seção o senhor chefiava?

J.N. - Eu chefiava a seção do comunismo internacional.

M.A. - Comunismo internacional?

J.N. - É. Sim, porque ele veio de fora para cá, não é. Então, nós tínhamos que estar de olho. E aqui dentro acontecia muita coisa que tinha sido trabalhada ou na França ou na... Iugoslávia.

G.S. - Iugoslávia? Porque a Iugoslávia estava às turras com a União Soviética na época. Será que não seria a Alemanha Oriental, não? Porque eles eram mais ativos também. Tchecoslováquia era um pouco mais ativa.

J.N. - Não. A Iugoslávia estava às turras, mas precisava do dinheiro de Moscou, então, arriava as calças para Moscou facilmente.

M.A. - Bom. A atuação do SNI aqui. Tinha que dar informação com relação a assalto a banco... Como é que se trabalhava?

J.N. - Os agentes eram espalhados por todo lugar. Como em todo o serviço secreto.

M.A. - Civis e militares?

J.N. - Civis. A maioria.

G.S. - De que nível eram os agentes?

J.N. - Ah, nós tínhamos agentes no nível médio e no nível superior.

G.S. - Engenheiros, advogados...

J.N. - Advogados. Principalmente, advogados.

M.A. - E chegava ele lá com uma informação, quer dizer, o “Celso Castro fez isso na reunião do MR-8...”

J.N. - Aí ia-se apurar. Entrava a fundo, não é?

G.S. - General, o que é que o senhor conseguia fazer para que não se usasse a acusação de esquerda como instrumento de vendeta pessoal? O senhor está me entendendo?

J.N. - Estou.

G.S. - Fulano, que quer subir na carreira, diz que o outro ali é comunista, mas ele não é, ele diz que é.

J.N. - A investigação resolvia tudo. Porque você ia atrás do passado do indivíduo, ficha policial, se tivesse, qual o motivo, e a atuação dele em vários setores da sua própria atividade. Testemunho de pessoas que trabalhavam com ele ou que tinham trabalhado. É a única maneira de se fazer uma investigação desse tipo.

M.A. - Então, tinha que ter muita gente mesmo.

G.S. - General, por ano, me dá uma idéia de um ano pesado mesmo, a Agência Central tinha que investigar quantas pessoas mais ou menos?

J.N. - Ah, quantas, eu não sei. Porque ela era muito dividida, havia muitas seções.

G.S. - E na sua seção de comunismo internacional?

J.N. - Bom, a gente tinha o olho permanente na França, como eu disse, na Iugoslávia e em Moscou, é claro.

G.S. - China não tinha, não?

J.N. - Não.

M.A. - Cuba.

J.N. - Não. Não. A influência de Cuba era... Cuba sempre arrotou grosso e cuspiu fino.

M.A. - Come sardinha e arrota camarão. [riso]

J.N. - É.

G.S. - E a Albânia também, não?

J.N. - Não. Na época, não...

G.S. - Porque o PC do B estava influenciado, segundo eu entendo, principalmente pela China e pela Albânia.

J.N. - É. Albanês. Mas o PC do B teve maior atuação no norte do país.

G.S. - No Araguaia.

J.N. - No Araguaia. Ali era PC do B puro.

M.A. - O senhor investigou também os contatos do PC do B?

J.N. - Ah, todos eles foram investigados. E tem muita gente hoje que é deputado, senador, está em cargos do governo...

G.S. - Mas mudaram, não é, general. Muitos deles mudaram.

J.N. - Mudaram. Muitos deles mudaram.

G.S. - Realmente, de vez em quando eu fico conversando com algumas pessoas que há 25 anos atrás estavam na extrema esquerda. Hoje estão mais parecidas com a extrema direita do que qualquer outra coisa. [riso]

J.N. - É. Mudaram. Mudaram, porque viram que a esquerda não dava nada, não levava a nada.

M.A. - A sua seção era de comunismo internacional. O senhor procurava se informar sobre as pessoas que estavam viajando, a correspondência que vinha para os partidos, interceptar correspondência...

J.N. - Sim. E os cursos que lá fora davam para os brasileiros.

M.A. - Eram muitos?

C.C. - Curso teórico, ou de formação prática?

J.N. - Não. Formação prática de guerrilha.

M.A. - Mas aí era Cuba que dava curso de guerrilha.

J.N. - Tinha Cuba, Iugoslávia, a... Me esqueço o nome do país. Tinha outro.

G.S. - Os países árabes já estavam metidos nisso? A Líbia, a Síria.

J.N. - Não. Nunca tivemos nenhum problema, nenhuma preocupação maior.

M.A. - E tinha muita gente indo fazer esses cursos de treinamento no exterior?

J.N. - Tivemos anos que só em Moscou tinha umas 60 pessoas.

M.A. - É mesmo?!

G.S. - Porque eu sei que tinha outros que iam lá estudar medicina, não sei o quê.

J.N. - É. Subversão e... guerrilha estava no meio.

M.A. - Essas pessoas saíam como? Clandestinas? Com passaporte falso?

J.N. - Não. Saíam dentro das facilidades que a chamada revolução ditatorial fornecia.

M.A. - Como assim?

J.N. - Tiravam seu passaporte e viajavam. A maioria viajava primeiro para a França ou para a Itália. E de lá então ia para Cuba ou Iugoslávia.

M.A. - Só um minutinho.

[FINAL DA FITA 1-A]

M.A. - As pessoas saíam como turistas do Brasil e iam...

J.N. - Normal. Normal.

G.S. - General, praticamente, como é que o senhor conseguia saber isso? Saía o fulano com alguma vinculação com o PC, uma coisa assim, e ia para Moscou. Como é que se sabia se esse cara estava estudando medicina ou estava fazendo curso de subversão? Como isso era feito? O senhor tinha boas informações de agentes de lá, ou de agentes americanos?

J.N. - Tínhamos os agentes de lá e também fazíamos ligação com o CIA, que tinha uma rede muito extensa no mundo.

G.S. - E das várias organizações de contra espionagem que havia no mundo ocidental, quais eram as mais eficientes?

J.N. - Bom, era o CIA americano. E depois era páreo duro entre o alemão e o francês.

G.S. - Os ingleses já iniciam com o N6, não?

J.N. - Também. Também.

G.S. - Israel, a gente não teve muito contato. Parece que eles são muito eficientes também.

J.N. - Não. Não tivemos muito contato.

M.A. - E tinha como acompanhar a atuação deles lá em Moscou ou na Iugoslávia?

J.N. - De certa forma. Com muita falha, por falta de pessoal. Porque um trabalho desses custa caro. E para pagar um agente no exterior, não é o precinho que pagam para um agente aqui. E é pago em dólar. Ficava muito restrito. Porque é um trabalho que custa caro.

G.S. - E a CIA não fazia isso de graça para a gente, não?

J.N. - A CIA não faz nada de graça. Para ninguém! [risos] Aliás, os americanos de uma maneira geral, não fazem nada de graça para ninguém. Acho que eles estão certos. Se nós fazemos, estamos errados.

M.A. - Qual era a organização de esquerda que tinha mais contato com o exterior? Era o Partido Comunista?

J.N. - PC e PC do B. Porque o PC era praticamente um apêndice do partido comunista russo. Recebia ordens de lá. Nativismo engraçado esse, não é. [riso] Recebiam ordens de lá. E o PC do B mais ligado ao chinês.

M.A. - E o senhor ficou no SNI todo o tempo do governo Médici?

J.N. - Não. Cansei de ficar em sala fechada e pedi tropa. Fui comandar.

M.A. - Me explica uma coisa. Como é que o senhor foi parar no SNI? O senhor foi um homem de tropa e de escola. Enfim, o senhor devia ter algum atributo ou alguma ligação pessoal com...

J.N. - Não, eu tinha um curso de informações.

M.A. - Que o senhor fez onde?

J.N. - Aqui no Brasil.

G.S. - Mas isso foi antes da Escola Nacional de Informações?

J.N. - Foi. Eu fiz aqui. E parece que eu era muito ativo nesse setor. Então, o Figueiredo me puxou para chefiar uma seção da agência aqui no Rio.

C.C. - O senhor já conhecia o Figueiredo antes. Tinha servido com ele antes.

J.N. - Ah, Figueiredo eu conhecia desde ele capitão, eu capitão. Tínhamos servido na Escola de Comando do Estado-Maior e em vários lugares.

C.C. - O senhor vem para o SNI como coronel?

J.N. - Não. Eu era tenente-coronel.

G.S. - E ficou uns dois, três anos?

J.N. - Não. Não fiquei tudo isso no SNI, não. Fiquei um ano e pouco. Cansei, me irritei...

M.A. - Por quê?

J.N. - Porque na época a gente dava a informação comprovada e o governo não tomava providência nenhuma. Aquilo irritava a gente.

G.S. - Isso foi no governo Médici?

J.N. - Antes.

G.S. - Durante o governo Costa e Silva.

J.N. - Que foi o pior. No meu entender. O Médici dava todo o apoio.

G.S. - O Costa e Silva segurava? Era ele ou algum subalterno dele? Alguns definem o Costa e Silva como uma pessoa dura, outros como mais moderado.

J.N. - Costa e Silva era duro de boca. Mais nada. Apenas uma vez ou outra ele realmente tomava uma medida. Quando interessava a ele. Agora, o cumpridor de todas essas leis mesmo foi o Médici.

M.A. - Mas foi durante o governo Médici que o senhor saiu.

J.N. - Foi.

M.A. - Assim mesmo o senhor estava aborrecido.

J.N. - Não, estava cansado daquela vida. Aquilo cansa. Irrita. A gente não tem hora, nem à noite, em casa, é telefonema em cima de telefonema. Quantas vezes eu tive que sair à noite para vir para a agência.

G.S. - Situação de crise o tempo todo, não é?

J.N. - O tempo todo.

G.S. - E aqui no Rio, general, qual era o grupo de atuação mais perigoso àquela época?

J.N. - Ainda era o PC e o PC do B. Porque os outros, MR-8 e esses eram grupelhos. Não faziam mossa a ninguém. Levavam umas palmadas, sumiam. [riso] Mas o PC tinha uma estrutura.

G.S. - Agora, corrija-me se estou errado, mas dos grupos de esquerda o PC era o menos revolucionário.

J.N. - Bom, o PC tinha uma teoria. Como em 1935 eles levaram uma paulada vigorosa, eles achavam que dessa vez tinham que se resguardar de qualquer luta armada. Porque sabiam que luta armada por luta armada, nós íamos com mais força. Então, o PC se dedicou mais ao proselitismo. Formar pessoas, grupos, influir nas administrações governamentais, municipais, estaduais e federal. Era essa a orientação deles. Tanto que no Araguaia não tinha ninguém do PC.

G.S. - Era só PC do B.

J.N. - PC do B. Chinês.

M.A. - O senhor investigou algumas pessoas do Araguaia? O senhor trabalhou nisso?

J.N. - Sim. O meu pessoal trabalhou.

M.A. - O senhor poderia dar um perfil dos guerrilheiros do Araguaia? Quantos guerrilheiros tinham lá?

J.N. - 60.

M.A. - 60 guerrilheiros. O SNI contou.

J.N. - Contou. O CIE contou. 60 armados. Fora os adeptos laterais, que a gente nem ligava. Não ia perder tempo.

G.S. - Agora, general, uma coisa que pouca gente fala é de que havia um estado de guerra... e que houve baixas...

J.N. - Ah, houve.

G.S. - O senhor tem idéia do número de baixas nas forças armadas durante a guerra do Araguaia?

J.N. - Bom, nós tivemos, não só no Araguaia, um número na ordem de quatrocentas baixas. Mortos.

C.C. - Isso em todo o período de governos militares?

J.N. - É. No combate à subversão.

G.S. - Agora, isso inclui o sujeito que um guerrilheiro mais radical mata porque sabe que é militar, ou somente os mortos em encontros armados.

J.N. - Não, mais em encontros armados. Assassinato cara-a-cara houve muito pouco. Muito pouco. Eles procuravam se resguardar também, não é. Porque montar um aparelho, como eles chamavam, e nós também, um apartamento ou uma casa, onde eles tinham o material deles e se reuniam, saía caro.

G.S. - Então, em encontros armados houve um total de quatrocentas baixas em todas as forças armadas. Isso inclui serviços auxiliares também?

J.N. - Bom, todas as forças armadas é relativo, porque basicamente era o Exército que estava nisso. Era luta de terra, em terra, não é?

M.A. - A partir de que momento o Exército entra no combate à repressão de uma forma mais ostensiva, mais direta, tomando a liderança da repressão?

J.N. - Bom, é missão do Exército, das forças armadas, defender a Constituição, defender a ordem legal. Quando aparecem grupos querendo derrubar a ordem legal, não precisa haver ordem para contra-atacar. Já está implícito na missão. Então, eles se organizam e saem em cima.

G.S. - Agora, general, inicialmente, quem estava fazendo a repressão era o DOPS e as PMs, as polícias estaduais.

J.N. - É. Começou na polícia estadual. Mas eles não tinham estrutura nenhuma para enfrentá-los.

G.S. - E qual foi o momento em que as forças armadas resolveram entrar?

J.N. - Bom, quando cresceu a subversão.

M.A. - É governo Médici, não é?

J.N. - Logo no começo. Final do Costa e Silva, Médici.

M.A. - O senhor já estava no SNI. Então o senhor acompanhou bem essa filosofia?

J.N. - Aí, sim. É setorizado, então, a gente cuida do seu setor e ignora muita coisa dos outros setores.

M.A. - O senhor comandou tropas no Araguaia?

J.N. - Não.

M.A. - Bom, o senhor disse que saiu do SNI porque queria uma atividade menos burocrática. O senhor foi para onde? Foi comandar tropa?

J.N. - Não. Saí do SNI, para onde é que eu fui? Já tem tanto tempo isso.

M.A. - Mas o senhor se desvinculou dessa área de informação alguma vez?

J.N. - Não. Nunca. A gente, comandando tropa, está dentro do sistema de informações. Nós fazemos informações, todo corpo de tropa tem uma seção de informações, que é o E2, e isso aí a gente não se desliga nunca.

G.S. - General, a propósito disso, a duplicidade de órgãos vinculados com informações e com operações, o E2 e o CIE, parece que incomoda a alguns militares. O senhor poderia falar a respeito disso, para a gente entender melhor?

J.N. - Bom, não havia propriamente uma vinculação. Toda vez que nós do Exército íamos fazer uma operação numa determinada área, informávamos ao SNI. Que era para não haver encontros.

G.S. - Não bater cabeça.

J.N. - Não bater cabeça. Havia sim, no nosso meio, oficiais que achavam que nós não devíamos nos meter nisso. Eram oficiais que estavam deslocados da missão do próprio Exército. Ou ousou até dizer que tinham receio de serem designados para um setor desses. É. Nem todo mundo fardado é valente. Não é, não. Nós temos os nossos covardes enrustidos.

G.S. - Agora, general, o CIE começou a atuar mais depois que veio para o ministério, não é? Inicialmente, ele estava no estado-maior, não é?

J.N. - Não. O gabinete do ministro tinha um setor de informações pequeno, informações para o ministro, para o gabinete. Esse setor é que foi ampliado para atuar no território nacional. E aí surgiu o nome de Centro de Informações do Exército.

G.S. - Isso foi durante a administração do Orlando Geisel, não é?

J.N. - Orlando Geisel.

G.S. - Que trouxe a estrutura do CIE que já existia no gabinete.

J.N. - Não. Conservou no gabinete, só que ele cresceu.

G.S. - O primeiro a ser criado foi o Cenimar?

J.N. - Isso eu não sei.

G.S. - E quem foi o homem que “bolou” o CIE?

J.N. - Ah, agora não sei. Não houve um homem que “bolasse”.

G.S. - Foi mais uma resposta às necessidades.

J.N. - É. E havia um conjunto de homens, de oficiais que estavam preocupados com o problema.

M.A. - E continuou no gabinete do ministro.

J.N. - Continuou. Continuou no gabinete.

M.A. - Então, o ministro era a pessoa mais alta na hierarquia do CIE.

J.N. - Ah, era.

M.A. - Mas não tinha uma subordinação ao SNI? Como centro de informações, não devia obediência ao SNI?

J.N. - Não. Nenhuma obediência.

M.A. - Era paralelo.

J.N. - Era paralelo e havia troca de informações. Nunca houve choque.

G.S. - A quem devia obediência o comandante do CIE? Ao ministro?

J.N. - Ao ministro. Ao ministro.

G.S. - No caso, digamos, da expansão do CIE, no período do Orlando Geisel, quem estava dirigindo o CIE em Brasília?

J.N. - Era aqui no Rio. Era o Fiúza de Castro.

G.S. - Está vivo ainda?

J.N. - Está.

G.S. - Quem era o seu chefe no CIE?

J.N. - Bom, o último foi, o hoje general na reserva, Milton Tavares de Sousa. Antes tinha sido...Agora está me falhando a cabeça.

G.S. - O senhor trabalhou com o Milton, então?

J.N. - Miltinho, como chamavam. Bom. Duro. Firme. Inteligente.

M.A. - E a atuação do CIE durante o período Geisel tinha alguma coisa parecida com o que o senhor fazia no SNI?

J.N. - Não. Bom. Informação é informação, em qualquer lugar, não é. Mas nós éramos mais operacionais.

M.A. - O que se fazia no CIE? Informava só sobre questões militares, ou informava sobre tudo?

J.N. - Não. Informávamos sobre qualquer coisa.

M.A. - Inclusive comunismo internacional.

J.N. - Ah, principalmente. Comunismo, subversão de uma maneira geral, corrupção.

G.S. - General, durante o governo Geisel, que grupos ainda estavam ativos aqui no Brasil? Porque o grosso já tinha acabado.

J.N. - Não. No governo Geisel, não.

G.S. - Antes. O grosso acabou antes.

J.N. - Não!

G.S. - Eu tinha a impressão de que durante os três primeiros anos do governo Garrastazu Médici o...

J.N. - É que o grosso estava atuante.

G.S. - Aí, houve controle. Sobraram alguns grupos. Agora, quais eram os grupos mais relevantes, que estavam mais atuantes durante o governo Geisel?

J.N. - Bom, durante o governo Geisel, não houve tanta atuação operacional desses grupos. Eles foram montados, se organizaram, e começaram a atuar mesmo no final do governo Costa e Silva, começo do Médici. Aí é que eles começaram a botar as manguinhas de fora e nós tivemos que entrar duro em cima deles.

G.S. - General, naquele momento, as forças armadas estavam bem preparadas para tratar do problema de contra-informação e contra as insurgências, ou tiveram que mandar gente para fazer curso fora?

J.N. - Não. Para isso nós estávamos preparados.

G.S. - Porque eu entendo que, num determinado momento anterior a esse, foram enviados técnicos para se especializar em várias áreas. Uns para a Alemanha, outros para a França.

J.N. - Foram. O assunto informações sempre foi um assunto muito importante para nós. Havendo ou não subversão. Porque a guerra comum, normal, é desenvolvida em cima de informações também. Então, na nossa formação há muito do assunto de busca de informações. Muito.

M.A. - Mas a atividade central do CIE me parece que continuava sendo a atividade de segurança interna, não é? Mesmo no tempo do Geisel.

J.N. - É. Toda ela. Mesmo no tempo do Geisel. Segurança interna nacional.

M.A. - Quer dizer, aí, segurança interna, leia-se controle em relação à esquerda, não é.

J.N. - Bom, mais em relação à esquerda.

G.S. - General, quais foram os grandes temas, os grandes problemas da época que o senhor teve que tratar, quando estava no CIE? Era problema do MDB, era problema de sindicato, era guerrilha?

J.N. - Não. Eram grupos comunistas radicados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, nessas cidades principais.

G.S. - E como é que se desmontava operacionalmente um grupo? Porque é difícil entrar.

.....
J.N. - É. Nós, desde cedo, procuramos infiltrar gente nossa nesse meio. Então, nós tínhamos gente infiltrada entre eles. Tanto que quando havia uma ação armada contra um grupo deles, a gente ficava preocupado com o nosso elemento que estava lá.

G.S. - Para não pegar o elemento. [riso]

J.N. - Sim. A gente não podia dizer: nesse não, que é nosso! Que aí... [riso]

M.A. - Pegava mal, não é. [riso]

J.N. - Ficava.

M.A. - O governo Geisel já era o governo da abertura. Como é que se coadunava uma atividade de informação extremamente preocupada com a esquerda com uma preocupação do presidente no sentido de promover uma maior liberalização? Havia choque lá dentro?

J.N. - Não. Não, propriamente, porque num regime democrático, os trabalhos de informação e as operações de informação continuam. É só ver nos Estados Unidos o que faz a CIA e o próprio FBI. Na Alemanha, o serviço secreto alemão. A Alemanha hoje é uma democracia. A França, é uma democracia meio duvidosa, mas é. Nenhum governo prescinde de um serviço de informações. Nenhum. Tanto que a besteira primeira que o Collor fez foi querer desmontar, desfazer o SNI. E criou um negócio que até hoje ninguém sabe o que é. Agora, nós sabemos por que é que ele fez isso.

M.A. - Eu não sei.

J.N. - Motivo pessoal.

G.S. - Ah! Tem a ver com a audiência que ele ficou esperando na ante-sala? É isso?

J.N. - Não, ele foi ao palácio do Planalto, não tinha audiência, então, é claro, foi barrado. Depois arrumaram uma hora vaga com o presidente para ele ser recebido. E ele ficou raivoso com o SNI. Foi a primeira decepção que eu tive com o Collor.

M.A. - Foi acabar com o SNI.

J.N. - Por um motivo pessoal. Se fosse um motivo de estrutura, tudo bem. Mas nós sabíamos que não era. Eu estava em Brasília, quando ele foi barrado. Ficou uma fera.

M.A. - Era o general Ivan, não é. Bom, durante o governo Geisel, o senhor ficou no CIE. Depois o senhor vai para Belo Horizonte, em 1979.

J.N. - Fui.

C.C. - O senhor não foi diretor de moto-mecanização?

J.N. - Fui.

C.C. - Foi depois do CIE e depois da DE?

J.N. - Não, antes.

C.C. - Antes do CIE.

G.S. - Nessa época, no CIE, a sua função era qual?

J.N. - Subcomandante.

G.S. - Quanta gente tinha no CIE mais ou menos? Porque a subversão já estava bem controlada nessa época, não é. Nós estamos falando de quantos oficiais mais ou menos?

J.N. - Difícil. Se eu disser, é chute.

G.S. - Manda um chute. Porque eu não sei aqui se a gente está falando de 30 ou trezentos ou três mil.

J.N. - Não. Na ordem de cem, cento e poucos.

M.A. - Só?

C.C. - Oficiais, ou funcionários civis também?

J.N. - Não. oficiais. Os outros eram sargentos. E alguns funcionários civis.

G.S. - Mais no nível de datilógrafos e tal.

J.N. - Não. De investigador, de agente. Tinha menos civis, porque o funcionário civil não tinha formação. O sargento tinha a formação. E nós não tínhamos tempo, nem estrutura para dar uma formação completa ao civil. Então, aproveitávamos civis que estavam na polícia, passavam à nossa disposição, porque já tinham uma certa formação. Até no linguajar.

G.S. - General, durante esse período, qual foi o seu maior êxito no desmonte de um aparelho de esquerda? Qual foi o mais importante para o senhor?

J.N. - Bom, meu, nenhum. Porque todo o trabalho era em grupo. Eu acho que o principal mesmo foi o Araguaia.

G.S. - O senhor já estava no CIE, quando isso aconteceu.

J.N. - Já. O principal foi o Araguaia.

G.S. - Como é que se soube que tinha gente lá no Araguaia? Porque eles estavam bem metidos.

J.N. - Gente nossa infiltrada.

G.S. - Dentro do PC do B.

J.N. - É. PCB e PC do B sempre foram vendidos por gente que estava lá dentro. [riso] Não em tudo, porque eles também não tomavam conhecimento de tudo, não é. Mas uma coisa dessa é fácil de saber.

M.A. - O senhor falou que eram mais ou menos 60 pessoas armadas no Araguaia. Mas isso os senhores sabiam desde o início?

J.N. - Não. Só depois de chegar lá. Eram mais de 60. Mas eu conto 60 estruturados. Não. Não tínhamos idéia nenhuma.

G.S. - E naquela campanha, parece que no início, as forças armadas tiveram várias baixas, porque não estavam preparadas para aquele tipo de enfrentamento. E depois trocaram as tropas e mandaram...

J.N. - É, fomos surpreendidos. Porque quando entramos contra eles, lá, eles já estavam organizados, armados, municados.

M.A. - Tinham muitas armas mesmo?

J.N. - As comuns, individuais. Metralhadora de mão, granadas, fuzis, que numa região de mata é o armamento principal.

M.A. - Qual foi o comando mais importante para desmontar a guerrilha? Foi o Antônio Bandeira?

J.N. - Para desmontar?

M.A. - Para desmontar a guerrilha do Araguaia. Teve vários...

J.N. - Bom, quem acabou desmontando foi o Milton Tavares de Sousa, chefe do CIE.

G.S. - Nessa altura o Ivan era comandante da região.

J.N. - Era. Lá em Belém.

G.S. - Nós conversamos com ele. Então, quer dizer que a infiltração foi a estratégia principal de obtenção de informação.

J.N. - Ah, é. Aliás é uma ação normal em todo serviço secreto do mundo. Infiltrar.

G.S. - General, o senhor quando falou do Milton, disse que gosta dele, que é um homem duro, um homem reto, e do Médici também. Explica para a gente aqui o que é que quer dizer ser da linha dura. Porque na sociedade, o pessoal fala linha dura, fica achando que come bebê, não é. Então, explica aí para a gente.

J.N. – [riso] Ah, meu Deus. Eu nunca comi bebê. Sempre fui considerado da linha dura.

G.S. - O senhor foi considerado da linha dura?

J.N. - Sempre fui. A linha dura exigia o cumprimento das leis vigentes, das leis de segurança. E como obrigação sua, vivia procurando se infiltrar e levantar os focos de subversão. E acabar com eles de qualquer maneira. Acabar com esses focos.

[FINAL DA FITA 1-B]

J.N. - (...) estrutura que vinha do PC. Já havia. Em São Paulo também.

M.A. - Quer dizer, ser duro, mas ser duro...

J.N. - Dentro da lei.

M.A. - Mas era uma legislação excepcional, não era?

J.N. - Sim. Mas era a legislação. Então, vamos cumprir. Acabou. Quem fez aquela legislação excepcional julgou necessário. Não foi um homem. Foi um grupo de governo. Então, vamos cumprir, fazer cumprir rigorosamente.

C.C. - Havia algum termo para designar os que não eram linha dura? Quem eram os que não eram linha dura?

J.N. - Ah, não tinha termo.

G.S. - O oposto de duro é mole. Chamar alguém de mole não é “mole”. [riso] Quem o senhor acha que eram as pessoas mais representativas, mais inteligentes e mais atuantes da linha dura, durante o período Médici e depois no período Geisel?

J.N. - Bom, eu ainda ponho em primeiro lugar o general, que está na reserva, Milton Tavares de Sousa. Grande cabeça. Crânio.

G.S. - O Milton esteve no II Exército durante algum tempo, não?

J.N. - Esteve.

G.S. - Ele está vivo?

J.N. - Está.

G.S. - Que outras pessoas o senhor considera representativas desse grupo?

M.A. - Antônio Bandeira...

J.N. - Bandeira.

G.S. - Bandeira está lá em Pernambuco, não é?

J.N. - Não sei onde é que está o Bandeira. Está lá?

C.C. - Está na fazenda.

J.N. - Está na fazenda? [**muchocho**] Bandeira foi um grande combatente. Inclusive pessoalmente.

G.S. - Entrava no combate?

J.N. - Entrava.

C.C. - Isso no período do Araguaia?

J.N. - É. No período Médici, não é. O Araguaia foi apenas uma das situações.

C.C. - Eu me lembro que ele andava sempre com uma pistola, não é?

J.N. - É. Andava e atirava.

C.C. - E atirava?

G.S. - E general, o senhor acha que o Milton Tavares teve uma atuação muito importante durante a greve em São Paulo? Que outras pessoas o senhor recomendaria que a gente conversasse e que representariam melhor a linha dura?

J.N. - Bom, já falaram nos dois principais: Bandeira e Milton. Ah... pouca gente. Não tem muito mais do que isso, não.

G.S. - Dentro do Exército, os senhores se designavam assim, como duros?

J.N. - Não.

M.A. - Agora, na Aeronáutica tinha quem? O Burnier...

J.N. - Bom, tinha o Burnier... É. Basicamente, o Burnier.

M.A. - O senhor considera também o Burnier um homem do cumprimento da lei? Ele também está dentro dessa linha?

J.N. - Também. Conheço bem o Burnier.

G.S. - Ele está com um problema de vista, não é.

J.N. - Está.

G.S. - Mora em Macaé.

J.N. - Não. Ele mora ali em...

G.S. - Eu achava que ele morava em Macaé, general.

J.N. - Não. Ele tem um sítio em Macaé. O Burnier é da minha turma. Conheço bem.

G.S. - O senhor acha que o Burnier daria uma entrevista para a gente?

J.N. - Hum... Inclusive há três anos, nós criamos um grupo denominado Centro de Defesa da Democracia. Uma coisa dessas. O Burnier está como presidente. Eu estou como vice-presidente. E mais dois.

M.A. - O senhor gosta, não é. [risos]

J.N. - Uma boa fofoca não faz mal a ninguém. [riso]

M.A. - Mas o que é que os senhores querem com esse centro? Não é simplesmente um centro social para encontrar os amigos, não é?

J.N. - Não. Nós queremos nos preparar, estarmos preparados para nos opormos a qualquer grupo que queira derrubar a democracia. Qualquer grupo.

G.S. - Agora, falando um pouco de hoje, o senhor vê esses grupos na política brasileira?

J.N. - Não. Aliás não vejo ninguém na política brasileira. Nós não temos uma liderança. Uma única sequer como tínhamos há alguns anos atrás.

M.C - General, no período Médici, o senhor falou que uma vitória expressiva foi o fim da guerrilha do Araguaia. Agora, foi um período também em que se arriscou muito a questão dos abusos nos direitos humanos, não é? Como é que isso era discutido lá dentro, como é que senhor vivenciou esse problema?

J.N. - Bom, vamos... Foi muito boa a pergunta. Nunca, dentro do centro, se insinuou sequer que não se respeitassem os direitos humanos. Agora, acontece que a atuação operacional era feita por grupos organizados dentro das seções de informação. Em todo grupo há os mais exaltados, os mais radicais. Então, soubemos que houve grupos que ao invadirem casas ou apartamentos ou ao fazerem prisões usaram de meios que nós não

autorizávamos. Nós afastamos do sistema os elementos que foram repetitivos nesses atos.

C.C. - Mas esses elementos eram oficiais do Exército, eram sargentos, eram da segurança militar?

J.N. - Eram oficiais e sargentos. A gente entendia que invadir um apartamento, por incrível que pareça, é uma operação perigosa. Muito perigosa. Então, o sujeito já invade, sabendo que lá dentro tem cinco, seis, oito homens armados, já invade tenso. Não é fácil, não. A luta a céu aberto é muito melhor do que a luta urbana, dentro de cidade. Cada esquina é uma armadilha. A começar por aí. Cada esquina é uma armadilha.

M.A. - Então, o CIE sabia que havia alguns excessos, mas o senhor está dizendo que eles eram corrigidos.

J.N. - É.

G.S. - Removiam as pessoas, depois de reincidência.

J.N. - Ah, removíamos.

M.A. - E como é que se sabia que uma determinada pessoa estava cometendo excessos?

J.N. - Pelo próprio grupo. Pelo próprio grupo.

M.A. - E a questão da tortura? O centro tinha a ver com tortura?

J.N. - [riso] Nunca houve tortura. Nunca.

M.A. - Nem na Barão de Mesquita?

J.N. - Não. Os comunistas aproveitaram esse mote da tortura para fazer a campanha deles. A tortura nunca houve. O que é tortura? É queimar a planta dos pés, é apertar a

cabeça, é quebrar o braço. Nunca houve. A prisão já é uma tortura. A pessoa ficar privada de liberdade já é uma tortura, meu Deus do céu. Mas eles deram uma conotação diferente à palavra tortura. Mas isso a gente não admitia em hipótese alguma. Nós exigíamos que fosse dado ao preso o mesmo tratamento que recebe o prisioneiro de guerra. Porque na guerra, você faz o prisioneiro e ele é tratado condignamente. Na prisão, no campo de concentração, seja lá o que for...

M.A. - Mas na hora que chegava, por exemplo, um elemento do PC do B ali na Barão de Mesquita, supunhamos, e os senhores precisavam arrancar dele uma informação, saber quantos colegas, saber onde era o ponto, onde era o aparelho, não se praticava algum tipo de coação física nessas pessoas?

J.N. Não. Não precisa. Não precisa. Com o tempo e o interrogatório, com o interrogatório inteligente, bem feito, o sujeito cai nas contradições, nas armadilhas e fala. Sem querer falar, ele fala. Eu cansei de ver isso.

M.A. - Aquele caso do Herzog, lembra? Um jornalista que foi encontrado morto...

J.N. - Eu sei qual é o caso dele.

M.A. - Qual é o caso dele?

J.N. - Ele foi encontrado morto. Foi dado como suicídio. Como é que a gente vai provar que não foi suicídio? Não era hábito da 2ª Seção de São Paulo matar ninguém. Nem fazer tortura. Não era hábito.

M.A. - Porque veja bem, eu estou falando isso por que como eu acho que entre os médicos tem maus médicos, entre os historiadores tem péssimos historiadores, quer dizer, em qualquer profissão tem um espírito de porco, não é.

J.N. - Tem.

M.A. - E o caso do Herzog, depois o daquele operário em São Paulo, foram casos que chamaram muito a atenção e que mobilizaram muito o presidente Geisel, não é?

C.C. - O comandante do Exército foi exonerado.

G.S. - Aliás, parece que foi muito injustiçado. Porque não tinha informação sobre isso.

J.N. - Ele foi. Não tinha. Não tinha.

M.A. - Quer dizer, parece que tinha um espírito de porco ali, lá no II Exército, que andou cometendo...

J.N. - Bom, dar uns encontrões ou uns cascudos, isso não é tortura. Tortura é outra coisa. Não. Nunca houve. Tortura, nunca houve.

M.A. - E aquelas denúncias da Anistia Internacional, como é que os senhores lidavam com isso?

J.N. - Ah, não dávamos nenhuma bola para ela. Primeiro que a Anistia Internacional não estava aqui dentro tomando o conhecimento exato dos acontecimentos. Segundo que a Anistia Internacional corre o mundo fazendo propagando dos seus *slogans*. Eu considero a Anistia Internacional um bando de vigaristas. Tortura eu vi, por exemplo, no Paraguai. Não escreve não, que eu estou mencionando o país.

C.C. - Não, eu estou escrevendo outra coisa.

J.N. - Eu morei no Paraguai, servi lá dois anos e meio. E com os contrários ao governo Stroessner, eu vi o que é que eles faziam. Aquilo é que é tortura.

C.C. - Tortura física.

J.N. - Física. Da brava. E, no entanto, a Anistia Internacional esteve lá nunca falou da tortura do Paraguai. Engraçado, não é. Muitos dos torturados na época estão vivos lá até hoje, uns aleijados até. Porque nessa hora o paraguaio é bravo. Ele não brinca em serviço, não. Quando ele toca *deguelo*, é *deguelo* mesmo. Morei lá dois anos e meio.

G.S. - Como adido?

J.N. - Não. Na Missão Militar Brasileira. Então, muito dentro do Exército. Mais do que o adido.

M.A. - E a abertura política do presidente Geisel. O senhor começou a falar sobre isso, eu queria falar mais. Ela foi bem entendida, ela foi bem assimilada pela linha dura?

J.N. - Não propriamente, porque ela foi mal feita. Ela foi mal feita. O Geisel não abriu, escancarou. Não deu progressividade. De repente, abriu a cortina e pronto.

C.C. - Mas ele falava que seria lenta e gradual. O senhor acha que não foi.

J.N. - Não. Não foi gradual. Nem foi lenta.

M.A. - Explica melhor para a gente. O que é que andou depressa demais?

J.N. - Bom, em seguida, esses elementos começaram a ser nomeados para posições estaduais e federais.

M.A. - O senhor está falando de políticos. Os senhores eram a favor da anistia?

J.N. - Sim. Mas de uma forma bem feita, não é. Por exemplo, vários que já estavam com processo na Justiça, o processo parou. Por quê? Se tinha um processo é porque tinha havido um inquérito, que fora transformado em processo face a acusações com provas. Então, a anistia do dia x não podia anular o que o sujeito fez dez dias, quinze dias antes. Não podia. Senão é uma brincadeira.

M.A. - O senhor acha que a anistia então não foi bem elaborada.

J.N. - Acho. Achamos que não foi bem elaborada.

G.S. - General, e como o senhor acha que funcionou a Justiça Militar, particularmente o Superior Tribunal Militar, durante esse período?

J.N. - Bom, eu acho que a Justiça Militar funcionou sempre muito bem.

G.S. - Porque ela em geral atenuou as penas...

J.N. - Sim. Mas dentro da lei. Ela nunca se opôs às operações de informações. Nunca atrapalhou a nossa vida. Agora, se um de nós, que fazíamos a repressão, fosse acusado e processado perante a Justiça Militar, ela vinha em cima. Isso a gente sabia. Ela vinha em cima.

G.S. - General, o senhor chegou a abrir algum inquérito contra subalterno seu que tivesse se excedido?

J.N. - Não.

G.S. - Em outras áreas?

J.N. - Também não tenho conhecimento.

G.S. - Porque talvez seja esse o único ponto em que na reconstrução que a gente está fazendo do período as informações não estão batendo. Todas as outras estão. Cada um tem a sua história, a sua verdade. A história do Frota é uma, a história do Geisel é outra.

J.N. - Certo.

G.S. - Mas está havendo bastante convergência das opiniões sobre por que é que houve o golpe, o que é que pretendiam, como é que evoluiu. Alguns são da sua opinião, de que deveria ter parado no fim do governo Costa e Silva, outros que devia ter parado quando terminou o Castelo, outros, quando terminou o Médici, porque, de acordo com vários depoimentos, foi o melhor dos governos militares. O que não está batendo é a questão daquilo que, digamos, dentro do jargão militar, as pessoas se referem como “excessos”. Porque há um número relativamente grande de pessoas que se dizem vítimas de excessos. E um número muito pequeno de militares que aceita que houve realmente isso. Então, está um buraco aí no meio. A gente não sabe...

J.N. - Bom. Isso é simples, e nós percebemos isso cedo. O pessoal que era apanhado, aproveitou o mote da tortura, viu que isso dava resultado, começou a falar em tortura. E o pessoal nosso não podia provar que não tinha havido tortura. O sujeito dizia: não, eu apanhei em tal lugar. Mas como? Me queimaram em tal lugar. Ele não tinha marca de queimadura. Agora, a imprensa ajudou muito esse estado de coisas. Como até hoje ela ajuda muito o banditismo. Estou cansado de ver a imprensa transformar bandido em herói. É. A imprensa ajudou muito a difundir essa idéia.

M.A. - E o senhor acha que tem uma infiltração comunista grande entre os jornalistas?

J.N. - Bom, na imprensa sempre teve, não é. Mas aí eu acho que é mais uma questão de mentalidade, sei lá, para aparecer, vender jornal. Porque isso vende jornal.

M.A. - O senhor sempre foi ligado muito ao general Figueiredo, não é? O general Figueiredo não é uma pessoa associada com os duros.

J.N. - Não, ele não é dissociado.

M.A. - Não é dissociado?

J.N. - Não.

M.A. - Porque o senhor inclusive vai servir no governo dele. Vai trabalhar no gabinete do Valter Pires, não é.

J.N. - E da mesma maneira que eu sempre trabalhei nesse setor.

M.A. - Quando o general Figueiredo entrou, ele bancou o projeto de abertura que vinha com o Geisel. Não é isso?

J.N. - Foi.

M.A. - E houve uma reação muito grande de militares e de civis a essa abertura.

J.N. - Pela forma como estava sendo feita a abertura.

M.A. - Explica. O Figueiredo estava reincidindo nos mesmos pecados do Geisel? É isso?

J.N. - Estava. E piores até.

M.A. - Por quê?

J.N. - Pelas pessoas que ele convocou para várias soluções, pela falta de ação em cima de atos que precisavam de uma ação enérgica, forte, e, principalmente, no campo da corrupção. Foi muito fraco.

G.S. - Por que é que os militares resolveram se retirar, digamos, depois do governo Figueiredo?

J.N. - Cansamos. Cansamos.

M.A. - Mas a luta foi inglória ou foi gloriosa?

J.N. - Não. Durante a mesma, teve glória. Mas cansamos. Cansamos de levar bordoadas à toa. Cansamos. Então, entrou a seguinte mentalidade: agora, o governo que se vire com o que tem. Se vire. A sorte dos governos posteriores é que a subversão também praticamente acabou porque acabamos com os chefes, os cabeças, não é. Ficaram os pés-rapados.

G.S. - Uma coisa interessante, general, é o número de pessoas que estiveram na luta armada e que hoje renegam isso. Como é que o senhor vê isso? Porque parece que eram todos muito jovens também.

J.N. - Era. A maioria era.

M.A. - General, ainda sobre o início do governo Figueiredo, foi um tempo muito difícil. 1979, 1980, foram anos muito difíceis. Atentados a bomba a bancas de jornal... Quem é que patrocinava esses atentados?

J.N. - Nunca conseguimos saber. Podia ter sido o PC, PC do B ou uma dessas falangetas que existem por aí, como MR-8 e outros.

J.N. - Não poderia ser algum grupo militar descontente com a orientação do presidente Figueiredo?

J.N. - Não. Não. Isso também procuramos averiguar, se havia alguém no nosso meio querendo provocar.

M.A. - E o caso do Riocentro? Um caso muito delicado, não é. Vira e mexe se toca nesse assunto.

J.N. - Ah, ali não chegou a haver nada demais, a não ser para o sargento. A não ser para o próprio sargento.

G.S. - Quem dirigia o I Exército naquela altura? Era o Gentil?

J.N. - Acho que era.

G.S. - Isso acabou caindo na cabeça dele. Eu imagino que certamente foi uma operação que ele nunca autorizou, não é?

J.N. - De jeito nenhum. De jeito nenhum.

M.A. - E aí, como é que fica? Tem um sargento na unidade dele que resolve pegar uma bomba, não sei se resolve mas, enfim, a bomba estava no colo dele. Quer dizer, pega uma bomba, faz uma brincadeira de mau gosto... Não sei se se pode chamar de brincadeira. Enfim, foi uma atitude extremamente criticada. Como é que fica um comando numa hora dessas?

J.N. - Fica mal.

M.A. - Mas ele tinha como apurar?

J.N. - Muito difícil.

M.A. - Por que era difícil?

J.N. - Porque a tendência é ninguém falar.

G.S. - Para não incriminar o colega.

J.N. - É. Isso aí entende-se, não é. É muito difícil.

G.S. - O problema, general, eu não sei se o senhor compartilha da opinião, é que o prestígio do Exército sofreu muito com aquele episódio. Então, eu acho que a única maneira de recuperar esse prestígio teria sido, na época, descobrir quem foi o culpado e punir.

J.N. - É. Houve uma investigação no I Exército, mas não chegaram a nenhuma conclusão. Não deu em nada. Não podia dar.

M.A. - O senhor diz que houve uma questão corporativa?

J.N. - É. Exatamente.

M.A. - Então, esse caso, o senhor admite que saiu de dentro das forças armadas?

J.N. - É.

G.S. - General, o senhor daria uma palavrinha com o brigadeiro Burnier, para que a gente o entrevistasse também? Porque ele teve uma participação muito grande na revolução, foi malhado por todo mundo, pela imprensa, e a gente quer dar a ele a oportunidade de falar.

J.N. - Ah, eu estou sem o telefone.

M.A. - Antes de o senhor procurar o telefone, eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre o Valter Pires. O Valter Pires era...

J.N. - O ministro do Exército.

M.A. - Sei. Mas ele concordava com o projeto de abertura?

J.N. - Sim. Em termos. Como todos nós.

M.A. - Quer dizer, esse projeto de abertura então, do ponto de vista da corporação militar, era encarado com limitações.

J.N. - Com limitações. Porque não foi abertura, foi arrombamento.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.C. - General, nessa época de início de abertura, quem é que incomodava mais os militares, quem aborrecia mais? Era a Igreja, era a imprensa, eram os estudantes?

J.N. - Não, a Igreja sempre falou muita bobagem, não é. Eu sou católico, mas parei de ir à igreja por causa disso. Desde que no segundo domingo que eu fui e o sermão do padre foi só político. Eu digo: eu não venho aqui para ouvir política. Não fui mais. Nunca mais eu fui à igreja. Até hoje. E não vou.

M.A. - Isso desde quando? O senhor era pequeno ainda?

J.N. - Não! Lá pelos idos de 1963. Por aí. O padre subia no púlpito para falar de política. Condenando ou apoiando o governo. Ele não tem nem que condenar, nem que apoiar. Ele tinha que dar o sermão dele, o sermão da fé. Aí, nunca mais fui. E não vou. Porque nesse trabalho de informações, eu vi tanta sujeira de padres e de bispos, que

fiquei enjoado. Padres que tinham filhos e não registravam seus filhos como filhos dele. Encontramos vários desses casos. Um bispo até.

M.A. - E o de Teófilo Otoni? O senhor teve um bate-boca com ele?

J.N. - Não, eu não cheguei a ter um bate-boca. Eu disse poucas e boas a ele. Esse bispo de Teófilo Otoni...

C.C. - O senhor se lembra o nome dele?

J.N. - Não. Não me lembro. Foram muitos nomes que passaram na minha cabeça, é difícil lembrar. Ele era um anarquista. Cheio de mulheres. Um oficial meu foi a Teófilo Otoni ver lá um problema da unidade e estive no hospital visitando um oficial que estava baixado. E ao lado da cama do oficial estava um elemento do bispo. Estava lá baixado, a senhora me desculpe, mas estava lá baixado com doença venérea. É demais, não é?

[FINAL DA FITA 2-A]

M.A. - O senhor se decepcionou.

J.N. - Me decepcionei.

M.A. - Mas esse bispo, o senhor disse poucas e boas para ele por quê?

J.N. - Ah, bom, ele fazia miséria em Teófilo Otoni. E era subversivo mesmo.

M.A. - Que outros bispos? Dom Evaristo Arns, aquele de Nova Iguaçu...

J.N. - Evaristo Arns não vale nada! Absolutamente nada! O de Nova Iguaçu eu não conheço.

G.S. - Aquele que pintaram de vermelho e soltaram no meio da rua. Não foi esse?

J.N. - Pois é. Mas esse nunca...

M.A. - E o Casaldáliga? Esse o senhor, nos seus serviços de informações, deve ter se informado muito sobre ele.

J.N. - Era outro. Era outro. Subversivo como ele só. E safado.

M.A. - Mulherengo também?

J.N. - Também. Todos eles. Muito bem. Gosta de mulher, então deixa de ser padre. Vai trabalhar. Eu acho que se está dentro da ordem religiosa, tem que cumprir os ditames da ordem religiosa. Tem que dar o exemplo. Senão...

M.A. - O senhor acha que eles eram subversivos e que eles tinham alguma conexão com os partidos de esquerda?

J.N. - Provavelmente. Provavelmente. Não posso garantir, mas provavelmente. Pela forma como eles tratavam os elementos do PC, do PC do B, etc.. Teófilo Otoni... Hum... [riso]

M.A. - E o Dom Eugênio Sales?

J.N. - Não, o Dom Eugênio Sales é um bispo, a meu ver, normal. Bispo. Eu nunca vi um gesto de Dom Eugênio Sales que fosse contrário à boa moral, ao cristianismo. Porque eu acho que nós temos um bom bispo aqui no Rio. Pode ser até que não seja. Mas a impressão que eu tenho dele é essa.

C.C. - No caso, por exemplo, desse desentendimento, que o senhor disse poucas e boas para esse bispo, qual era a repercussão disso no meio militar? O senhor foi criticado por superiores ou recebeu apoio?

J.N. - Não. Sempre tive apoio.

C.C. - Era um apoio ostensivo, ou eles tinham medo de dar apoio?

J.N. - Não. Tive até ostensivo. Ah, esse de Teófilo Otoni era conhecido. Eu tive apoio da população de Teófilo Otoni. Porque eu resolvi ir lá. Resolvi ir lá, para mostrar que eu não tinha medo dele. Porque eu tinha uma unidade de recrutamento lá, então, fui fazer uma visita a essa unidade. E ele espalhou que ia fazer uma carreata contra mim, etc, etc..

G.S. - Em que ano foi isso, general?

J.N. - 1973. E eu tive o apoio de mais de quinhentos veículos da população civil. Fecharam a rua e me acompanharam. E ele ficou com cara de tacho. Eu fiz uma reunião no campo de futebol da cidade que btou o campo. Também, saí de lá sem dizer uma palavra em direção a ele.

M.A. - O senhor foi lá e falou no campo de futebol?

J.N. - Falei. Falei.

M.A. - Isso era comum, um militar ir para diante de uma grande multidão e falar?

J.N. - Não. Mas eu fui falar, era a companhia de transportes que eu tinha lá.

M.A. - Ah, o senhor foi convidado, não é. Não foi o senhor que promoveu?

J.N. - Não, eu promovi a reunião com a companhia de transportes... Transporte militar.

C.C. - Que era subordinada.

J.N. - Era subordinada. Promovi no campo de futebol, que tinha espaço. O quartel da companhia era muito estreito, pequeno. E o melhor lugar que tinha era o campo de futebol. Fechado, cercado e tudo mais. E quando eu vi, ele estava lotado com a população. Quer dizer, eu tinha o apoio da população. Não procurei, mas tive.

M.A. - Na sua avaliação, qual foi o melhor dos governos militares? Foi o do general Médici?

J.N. - Médici. Sem dúvida.

M.A. - E o pior?

J.N. - Olha, eu não posso dizer o pior.

G.S. - Menos bom.

J.N. - Eu não gostaria de dizer qual o que eu considerarei pior, porque nós éramos amigos e ele ainda está vivo...

G.S. - Não precisa falar. Eu acho que tem muita gente que participa da mesma opinião.
[riso]

J.N. - Mas eu acho que foi muito ruim.

M.A. - Mas cá entre nós, tem um comentário entre os colegas do presidente Figueiredo de que, depois do infarto, ele ficou meio desligado.

J.N. - Ah, ficou. Ficou.

M.A. - Quer dizer, ele governou dois anos mesmo. Depois a cabeça destrambelhou. Foi isso mesmo?

J.N. - Não, ele ficou apático. Perdeu o élan.

M.A. - Que isso é até uma reação normal para quem tem um problema de saúde desses. Ou o senhor atribui isso a problemas políticos?

J.N. - Não. Porque o Figueiredo sempre foi um homem forte, saudável. E se sentiu um bacalhau com o infarte que teve. E isso o abalou.

M.A. - Então, depois disso, o senhor acha que ele realmente relaxou. E isso contribuiu bastante para que os militares deixassem o poder? Para que o seu grupo...

J.N. - Não. Acho que não teve essa influência.

M.A. - Já estavam cansados mesmo. Com ou sem Figueiredo, já estavam cansados. Era a hora de passar o bastão?

J.N. - Já. Estava na hora de passar o bastão.

M.A. - Agora, passar o bastão, a meu ver, para os senhores, não era abrir mão dessas atividades de informação, de segurança, não é?

J.N. - Não. Isso nunca se abriu mão.

G.S. - Agora, general, em um momento, na imprensa pelo menos, se falava muito na possibilidade do general Medeiros suceder o Figueiredo. Não se considerou isso?

J.N. - Não. Nós não consideramos isso. Nós queríamos mesmo que assumisse o governo um civil. Houvesse eleições. Por pior que fosse o resultado, e parece que está sendo...

M.A. - Mas não eleição direta. Porque eleição direta foi um osso para passar, não é.

J.N. - É. Mas eu sou pela eleição direta. Eu sou presidencialista. Eu não acredito, pelo menos entre nós, no parlamentarismo. Nós não temos um Parlamento ativo. Por tradição, o nosso Parlamento é muito do “nhem-nhem-nhem”, estica aqui, estica ali... Não gosta de decidir. Gosta muito de estar com as barbas de molho.

M.A. - Então, o senhor era a favor da eleição direta.

J.N. - Era.

M.A. - Já nesse período?

J.N. - Já. Era e sou ainda.

C.C. - Na época dos governos militares, os políticos civis ligados à Arena eram vistos como? Com desconfiança, com apoio?

J.N. - Como político. E nenhum político merece confiança.

C.C. - Mesmo que fosse do partido governista?

J.N. - Mesmo que seja do partido governista. Ele hoje é, amanhã não é. Ele faz pacto com Deus e o Diabo. Pelo menos entre nós, político é palavrão.

G.S. - General, houve um momento no qual se falou da institucionalização da revolução. Da necessidade de criar um instrumento político, que seria um partido, de normalizar a coisa. Quer dizer, acabar com o casuísmo, ter uma eleição, aí vem uma lei para mudar, etc. Como é que as pessoas que o senhor considera como formando um grupo de duros viram a institucionalização da revolução?

J.N. - Bom, eu acho o seguinte: todos nós sempre quisemos que o país tivesse uma constituição verdadeira e que fosse cumprida. Não essa que está aí, que foi feita ao apagar das luzes, está cheia de falhas. Eu acho que é preciso ser feita outra. Um grupo bem escolhido, eleito, para elaborar realmente uma constituição. Porque a constituição atual chega ao cúmulo de beneficiar os bandidos. Ela acha que prever penalidades fortes para determinados crimes não é democrático. Hum! Não dá. A gente vê agora a morte daquela menina, Miriam, em Minas Gerais. Ali era pena de morte. Matar um adulto já é terrível, quanto mais...

G.S. - Matar e queimar uma criança.

J.N. - Ali, para mim, tinha que ter a pena de morte.

G.S. - General, nós queremos agradecer ao senhor a sua participação...

J.N. - Não, para mim foi um prazer conhecê-los.

G.S. - Nós aprendemos muito. E queria que o senhor desse uma palavrinha simpática com o Burnier.

J.N. - Eu ligo hoje à noite para ele.

G.S. - O senhor tem o telefone dele? Eu posso lhe telefonar e pedir para o senhor?

J.N. - Tenho. Pode. Não, de noite eu ligo para ele.

[FINAL DO DEPOIMENTO]*

* A fita 2-B não foi gravada integralmente.